SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/06/2015 - Telesíntese

Governo quer MP com aumento de mais de 150% no Fistel e pode inviabilizar o pré-pago, alertam operadoras

A intenção do governo de elevar a taxa do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) em 169%, conforme circula no mercado, epoderá inviabilizar a base de celular pré-pago no país, alertaram executivos do setor. O aumento seria estabelecido por Medida Provisória, mas, na avaliação de diferentes interlocutores, haveria muitas resistências no Legislativo. Fontes do Minicom afirmam que MP não será publicada nos próximos dias.

A elevação da alíquota, que já tinha sido cogitada pelo Ministério da Fazenda há dois meses, mas cuja ideia parecia ter sido descartada depois do anúncio da Anatel da nova licitação de sobras de frequência que será realizada ainda este ano, voltou a ser comentada com força pelo mercado e acionou uma "fagulha em um campo de centeio" com o empresariado. Conforme fontes do setor, o Ministério da Fazenda já teria decidido a fazer aumento de 169% nas taxas recolhidas pelos usuários de telecom pelo Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), por Medida Provisória.

Fontes do governo asseguraram que esta mudança não será feita por decreto ou portaria, pois os valores do Fistel são estabelecidos por lei. A princípio, a ideia é incluir os valores das novas taxas em uma Medida Provisória, que tem mais celeridade em ser aprovada, mas muitos consideram até esta proposta de difícil tramitação no Congresso Nacional.

Se esta elevação for confirmada, alertam executivos das operadoras de celular, o primeiro efeito imediato será a sensível redução, ou até mesmo o fim da base de pré-pagos. " Ninguém vai pagar R$ 60,00 de Fistel e receber R$ 15,00 do pré-pago", afirma executivo.

O Fistel tem duas taxas básicas: a de instalação das estações, que é paga uma única vez, e a de Fiscalização de Funcionamento (TFF), que é paga anualmente. Esta segunda taxa é cobrada sobre todos os aparelhos de celular que estão em uso no país. O Fistel recolhido pelas centrais s é de R$ 26,83. Já a taxa de funcionamento incide uma vez por ano sobre cada celular que estiver em serviço, na metade do valor, de R$ 13,42. Com este aumento, o valor da contribuição anual aumentaria para mais de R$ 29,00 anuais.

A preços atuais, o Fistel arrecadou em 2014 R$ 8,48 bilhões.. Este dinheiro deveria ir para a fiscalização dos serviços, mas quase sua totalidade vai para o Tesouro Nacional abater a dívida. E é por isto que é tão cobiçado. Conforme a Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel), o fundo já arrecadou R$ 58 bilhões desde 2001 dos quais apenas 7,4% foram aplicados na finalidade em fiscalização do setor.

Se esta tabela elaborada pelo Ministério da Fazenda for efetivamente praticada, as vantagens da Internet das Coisas (IOT) e a desoneração do Fistel sobre as centrais M2M também ficam eliminadas.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/06/2015 - Telesíntese

Anatel aprova reajuste nas tarifas locais e de longa distância

Oi, Sercomtel e Telefônica poderão aumentar os valores em 3,684%. Algar Telecom poderá elevar o preço em 4,546%.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou o aumento de tarifas locais e de longa distância dos planos básicos das concessionárias de telefonia fixa. As prestadoras poderão subir os preços, mas antes deverão comunicar o consumidor sobre a medida, com ao menos dois dias de antecedência. Pelas regras, Oi, Sercomtel e Telefônica poderão aumentar as tarifas em 3,684%. Algar Telecom poderá elevar o preço em 4,546%.

A Anatel aprovou, também, mudança no valor do crédito para orelhões e terminais de acesso públicos (TAPs) para Oi, Telefônica, Sercomtel e Algar. Eles poderão aumentar o preço em 3,57%, passando a cobrar R$ 0,1305 o minuto.

O reajuste segue a fórmula estabelecida no contrato de concessão, e inclui entre os itens de cálculo o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) e o Fator X. O fator de redução tarifária (Fator X) aplicado foi de 2,694% para Oi, Sercomtel e Telefônica, e de 2,533% para Algar.

Entre 2005 e 2015, o reajuste das tarifas chegou a 13,15%, abaixo da inflação no período, ressalta a agência. De novembro de 2013 a dezembro de 2014, o IPCA apresentou variação de 7,386%, enquanto o IST variou 6,556%. Esse foi o período utilizado no cálculo do reajuste das concessionárias da telefonia fixa – com exceção da Algar Telecom (CTBC), que solicitou reajuste de dezembro de 2013 a janeiro de 2015, no qual a variação do IPCA foi de 7,727%; e a do IST, 7,265%

10/06/2015 - Telesíntese

Tim pagará R$ 367 milhões em dividendos

Valores serão repassados aos acionistas em 16 de junho.

A TIM Participações comunicou ontem à noite à Comissão de Valores Mobiliário (CVM) que vai pagar dia 16 de junho os dividendos relativos ao período terminado em 31 de dezembro de 2014. O valor total será de R$367.274.364,97, conforme aprovado por deliberação da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14 de abril. O pagamento será feito apenas a quem detinha papeis da empresa em 12 de maio. O valor pago por ação será de R$ 0,151751431.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/06/2015 - Telesíntese

Marco Civil: gerenciamento da internet não deverá trazer lista de exceções

Marco Civil: gerenciamento da internet não deverá trazer lista de exceções.

Em fase de sistematização das contribuições à consulta pública sobre a neutralidade da rede, a Anatel deverá tratar as exceções à neutralidade do ponto de vista conceitual, segundo José Alexandre Bicalho, superintendente de Planejamento da agência. As exceções são as necessárias para garantir a qualidade da rede e evitar seu congestionamento e degradação do tráfego, e devem ser enquadradas em quatro grandes blocos: congestionamento e interrupção da rede, segurança, qualidade de rede e qualidade das aplicações. Bicalho informou que a regulamentação também não deverá trazer uma lista dos serviços de emergência que serão priorizados, mas sim o conceito que permitirá incluir novos serviços quando necessário.

Para Bicalho, nenhum tipo de gerenciamento técnico, restrição ou modelo de negócios que afete a garantia de acesso do internauta a qualquer conteúdo ou aplicações disponíveis na rede, com qualidade, poderá ser permitido. O superintendente de Planejamento da Anatel não indicou sua posição sobre os serviços zero rating, aqueles que são oferecidos gratuitamente pelas operadoras, mas seu raciocínio leva a concluir que, pessoalmente, é contra a oferta de serviço gratuito após o bloqueio de dados ao término do pacote pago. Isto porque, neste caso, o usuário estaria sendo privado de ter acesso a qualquer conteúdo e apps disponíveis na rede.

Uma preocupação de Bicalho é com a fragmentação da internet. Em sua visão, independente de se adotar ou não o modelo de zero rating ou tarifa reversa, é preciso que o regulador esteja atento a situações que levem à criação de várias nets, através da limitação do acesso dos internautas a um grupo limitado de aplicações. Ele lembrou, ainda, que já existe uma concentração brutal de uso da internet, com 90% dos usuários acessando serviços e apps de três provedores mundiais.

10/06/2015 - Telesíntese

Acesso patrocinado não fere neutralidade da rede

Já o zero rating continua a dividir as opiniões. Em sua defesa, TIM insiste na necessidade de buscar novos modelos para atrair usuários e gerar novas receitas.

O acesso patrocinado a sites na internet, como o que o Bradesco oferece aos seus clientes, o serviço mais conhecido no Brasil, não fere a neutralidade da rede, segundo a maioria dos painelistas que participaram do debate "Neutralidade, gerenciamento e serviços gratuitos", que abriu o 41 Encontro Tele. Síntese, realizado hoje (10) pela Momento Editorial, em Brasília. Mas continua a não haver consenso sobre o zero rating – a oferta de acesso gratuito a um serviço pela operadora -, especialmente após o bloqueio dos dados no final da franquia. A indústria é a favor do zero rating, entidades como o Intervozes consideram que fere a neutralidade e outros, como Demi Getschko, diretor geral do NIC.br, o braço executivo do Comitê Gestor da Internet, entendem que deve-se limitar o número de restrições e exceções à neutralidade da rede. "Devemos fazer uma regulamentação simples", defendeu ele, ao se posicionar a favor do zero rating, que acredita ser um modelo de negócios temporário.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Assunto recente no debate mundial, mesmo na academia, as discussões sobre o zero rating começou a ganhar corpo a partir do ano passado, segundo levantamento feito em sua tese de mestrado pelo advogado Pedro Ramos, pesquisador associado do InternetLab. Dos 64 países em desenvolvimento que pesquisou, entre 2012 e primeiro semestre de 2014, Ramos observou que o zero rating não fez cair o custo da banda larga, tendo um efeito contrário, de aumento do serviço. Já outro estudo citado por ele, este realizado em países desenvolvidos com preço de banda larga bem inferior ao dos países em desenvolvimento, mostrou que a adoção do zero rating na oferta de serviços de vídeo em 4G levou a uma queda do custo do conteúdo para o usuário.

10/06/2015 - CUT

Jovens conseguem impedir a votação da maioridade penal

Movimentos sociais ocuparam o plenário da comissão especial para impedir votação

Cerca de 300 jovens de movimentos sociais e a sociedade civil organizada contrários a redução da maioridade penal ocuparam o plenário da comissão especial que analisa a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171, que propõe a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos.

Aos gritos "Não, não, não à redução" os jovens foram impedidos de continuar fazendo a pressão, pois com a manifestação os deputados decidiram deslocar a reunião da comissão para outro plenário.

Os jovens até tentaram continuar fazendo pressão, mas foram proibidos pelos seguranças da casa.

Nas redes sociais, deputados e deputadas alegam vitória da juventude que impediu a votação da redução da maioridade penal. Seguranças da casa usaram até spray de pimenta e truculência para afastar os movimentos sociais.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

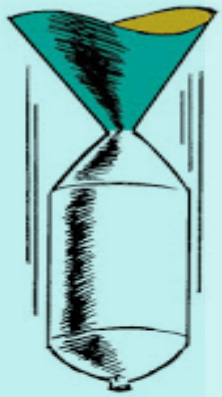
FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/06/2015 - Altamiro Borges

Os acidentes de trabalho na 'Vale'



Um funcionário da Vale fazia consertos em uma ferrovia quando foi prensado por um vagão desgovernado que se deslocou em sua direção. Seus órgãos foram esmagados e ele sofreu diversas fraturas na bacia. Desde o acidente em 2004, passou por inúmeras cirurgias, inseriu uma prótese peniana e agora precisa retirar urina com uma sonda a cada 30 minutos.

Como ele, mais de 2 mil funcionários da Vale sofreram acidentes graves no complexo da região do Carajás desde o ano 2000. A alta frequência de casos assim chamou a atenção da Justiça do Trabalho, que condenou a Vale a pagar 804 milhões de reais. A decisão é do juiz Jônatas Andrade, da Segunda Vara Federal do Trabalho no município de Marabá, Pará. Cabe recurso à decisão do magistrado.

Esse complexo é o maior da mineradora, que por sua vez é a maior produtora de minério de ferro do mundo. O ferro retirado do sudeste do Pará é levado pela ferrovia da Vale até o seu porto em São Luís, capital do Maranhão. Foi nesse complexo que cinco trabalhadores contratados diretamente pela empresa morreram e outros 1.018 se acidentaram desde o ano 2000. O juiz também estima que funcionários terceirizados, que prestavam serviços a Vale, teriam sofrido outros 1.362 acidentes, sendo sete deles com vítimas fatais.

O número de acidentes, para o juiz, mostra o "grave descumprimento de normas básicas e elementares de segurança, saúde e medicina do trabalho." Não se tratariam de casos isolados, como argumenta a empresa em sua defesa que consta na sentença, mas de um processo amplo de desrespeito a normas básicas de segurança. Dois exemplos são a falta de iluminação para atividades durante a madrugada e barreiras entre os funcionários e o mar.

O magistrado afirma ainda que a empresa teria aumentado seus lucros "à custa de lesões de trabalhadores". Por fim, o juiz alega que a empresa adulterou e suprimiu documentos entregues ao Ministério Público do Trabalho durante a investigação, a chamada "litigância de má-fé". Procurada pela reportagem, a Vale disse que não comentaria a decisão e os acidentes antes de ser notificada pela Justiça.

10 milhões: valor "ínfimo"

Em um acidente que poderia ser evitado com medidas simples, na opinião do juiz, Thiago Santos Cardoso foi atropelado por um caminhão da Vale no meio da madrugada . Ali, não havia iluminação além das luzes da escavadeira e do caminhão.

A morte de Cardoso foi a base da primeira ação do MPT do Pará sobre os acidentes no complexo, feita em 2009. Desde então, outros casos foram juntados à investigação. Entre eles está o de Lusivan Pires, funcionário do porto de São Luís. Ele foi içado por um guincho que deveria carregar cargas aos navios, teve o braço arrancado e faleceu na mesma hora.

Diante da quantidade e gravidade de casos, o pedido inicial do Ministério Público do Trabalho, de 10 milhões de reais de indenização, foi então considerado "ínfimo" e "desproporcional" pelo juiz. "A atitude [da Vale] abala o sentimento de dignidade, tendo reflexos na coletividade e causando grandes prejuízos à sociedade," diz a sentença.

Segundo o magistrado, mesmo com o significativo aumento no valor da ação, a situação econômica da Vale está resguardada. A multa de 804 milhões corresponde a pouco mais de 8% do lucro total da empresa apenas em 2009, ano da ação do MPT, quando a empresa faturou 10 bilhões de reais.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/06/2015 - Altamiro Borges

SUS é o maior provedor de saúde no país

O Ministério da Saúde divulgou uma pesquisa realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na qual avalia como a população brasileira utiliza o Sistema Único de Saúde (SUS). O relatório foi lançado na última terça-feira (2). Mais de 64 mil domicílios em 1.600 municípios de todo o país foram consultados entre agosto de 2013 e fevereiro de 2014, fazendo desta uma das pesquisas mais completas sobre a saúde no país.

"Os vários números levantados demonstram que estamos atendendo objetivamente e de forma igualitária a todos, além de permitir desconstruir a imagem criada no Brasil de que o SUS não atende a população", disse o ministro da Saúde, Arthur Chioro.

Internações

A pesquisa aponta que das 12,1 milhões de pessoas que foram internadas em um período de doze meses, 8 milhões (65,7%) foram pelo SUS. Os dados também revelam que as internações na rede pública têm um peso ainda maior nas regiões Norte (73,9%) e Nordeste (76,5%), chegando a corresponder a três em cada quatro internações.

De acordo com Thiago Silva, médico de saúde da família, os números mostram que "o SUS é o maior provedor de serviços de saúde do país. O SUS cobre toda a população brasileira; mesmo que boa parte desses internamentos possam ocorrer em hospitais privados, eles são pagos pelo SUS".

Saúde da Família

A pesquisa indica que população brasileira cada vez mais tem consciência da importância do atendimento primário da saúde: as unidades básicas de saúde foram consideradas a primeira opção na busca de atendimento por 47,9% da população, e mais da metade dos lares do país já são cadastrados na estratégia de Saúde da Família. A intenção do Ministério é que o número de cadastros chegue em 70% até 2018.

"Anos atrás, o número de pessoas que procuravam as unidades básicas era bem menor. O que acontece é que os pacientes estão valorizando a saúde da família: eles vão a uma unidade básica, são bem atendidos, o problema foi resolvido e o posto é perto da casa, sem ter que pegar fila no hospital ou marcando consultas durante meses com especialistas", avalia Thiago.

Os dados da pesquisa mostram que entre 2010 e 2014, houve um crescimento de 19,8% do total de equipes de saúde da família, passando de 31.660 para 37.944. Os investimentos federais na atenção básica mais que dobraram – crescimento de 106% nos últimos quatro anos, chegando a R$ 20 bilhões em 2014.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Público x Privado

Os dados da pesquisa também revela a diferença de propósito entre o sistema público e o privado de saúde. O principal procedimento realizado entre as pessoas que ficaram internadas no SUS foi o tratamento clínico (42,4%) seguido por cirurgias (24,2%) e partos (13,1%). Na saúde privada, as cirurgias correspondem a 41,7% das internações, os tratamentos clínicos respondem por 29,8%, e os partos, 11,8%.

As internações para partos normal ou cesárea também têm perfis diferentes na saúde pública e na privada. No SUS, 7,2% das internações são para parto normal, e 5,9% para cesarianas. Já na rede privada, as internações para cesarianas (9,7%) são mais frequentes que para o parto normal (2,1%).

Segundo Thiago, "os médicos que atendem na rede privada ganham mais a cada procedimento que fazem, então quanto mais rápido, melhor. Eles programam várias cesáreas num dia, porque é rápido. O médico vai, anestesia a mulher, tira o menino e acabou. O parto normal depende da paciente, é mais demorado, pode se arrastar por um ou dois dias, o médico tem que acompanhar a mulher hora a hora. Dá mais trabalho para a equipe de saúde".

O mesmo acontece com as cirurgias. "O hospital estimula o médico a fazer mais cirurgia. Vemos um monte de procedimentos cirúrgicos desnecessários em hospitais. O setor privado faz o mais rentável, e o modelo cirúrgico é mais lucrativo que o clínico", afirma o médico.

Além disso, sem o sistema público de saúde, o sistema privado não existiria. Segundo estudo do Ipea de 2011, a isenção no imposto de renda para quem tem plano de saúde retira dos cofres públicos R$16 bilhões.

Parto

Moradora de Recife, Natalia Paulino tem 32 anos e é militante da ONG Asa Brasil. Em 2013, engravidou, e teve seu filho, Miguel, no dia 7 de janeiro de 2014. Natalia optou desde o início pelo parto normal, e todo o acompanhamento da sua gravidez foi feito pelo SUS.

"Optei pelo parto normal porque acho que era a forma mais saudável de se ter a criança. Não gostaria de passar por uma cirurgia, pelo medo que as consequências do processo poderiam ter para mim e para o bebê em relação à anestesia, medicação e dores. A rede pública, diferente da privada, coloca o parto normal como prioridade".

Seus exames pré-natal e o parto foram realizados no Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP), hospital tido como referência na questão de parto normal.

"Ia todo mês ao hospital. Saía as 4:30 de casa para ser atendida às 11. Fila pra cá, ficha pra lá... mas era bem atendida. Sempre por médicas mulheres, as conversas eram rápidas, 10 minutos de consulta. Depois passei a ser atendida por enfermeiras, que passavam mais tempo comigo, explicavam mais coisas e diziam coisas que as médicas não disseram. As perguntas são bem diretas; não tem discriminação se a pessoa não é casada ou não está acompanhada, como foi o meu caso de gravidez de mãe solteira".

Natalia considera que o momento do parto e o atendimento posterior devem ser melhorados. Ainda assim, acredita que a rede pública está mais próxima de uma modelo humanizado do que a privada. "Eu esperava um acompanhamento melhor. Infelizmente, em Recife, falta essa atenção ainda. Depois do parto fiquei quatro dias no hospital. A limpeza era difícil também. O banheiro estava entupido, a água batia na canela. Mas, no final das contas, se engravidasse novamente, iria procurar de alguma forma fazer com um médico mais participativo nessa área de parto humanizado, e faria no público, mesmo tendo plano de saúde, porque é a rede pública é a única que dá atenção ao parto normal hoje".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/06/2015 - Altamiro Borges

Alckmin corta R$ 1,6 bilhão da saúde

Desde fevereiro deste ano, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), contingenciou o orçamento da Secretaria Estadual de Saúde em mais de R$ 1,6 bilhão. O valor representa quase 11% dos R$ 15,2 bilhões previstos inicialmente no orçamento da Secretaria Estadual de Saúde.

Contingenciar significa congelar recursos, tornando-os indisponíveis para gastar. Na prática, passar a tesoura em 11% da verba da Saúde do Estado.

A informação é de um estudo realizado pela assessoria econômica da bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Ele baseia-se em dados do Sistema de Gerenciamento da Execução Orçamentária Estadual (Sigeo) e, desde 2 de junho, está na página do partido no portal da Alesp.

O corte, como mostra a tabela abaixo, foi feito em duas etapas.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1o. Quadrimestre 2015

	dotação inicial	contingenciado LOA 2016	decreto 61131 (25/02/15)	Total bloqueado	%
SECRETARIA DA SAUDE	15.220.439.888	966.676.667	696.554.845	1.663.231.512	10,93%
INVESTIMENTOS	403.381.269	80.714.881	0	80.714.881	
001 - TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	402.148.814	80.714.881	0	80.714.881	
003 - RECURSOS VINCULADOS-FUNDO ESPECIAL DE DESP	1.222.391	0	0	0	
004 - REC.PROPRIO-ADM.IND.-DOT.INIC.CR.SUPL.	10.000	0	0	0	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.058.807.262	885.961.786	408.642.214	1.294.604.000	
001 - TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	8.865.337.191	885.961.786	398.968.770	1.284.930.556	
002 - RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	17.000.000	0	850.000	850.000	
003 - RECURSOS VINCULADOS-FUNDO ESPECIAL DE DESP	6.326.529	0	316.326	316.326	
004 - REC.PROPRIO-ADM.IND.-DOT.INIC.CR.SUPL.	170.143.542	0	8.507.177	8.507.177	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.758.251.421	0	287.912.571	287.912.571	
001 - TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	5.700.649.880	0	285.032.494	285.032.494	
004 - REC.PROPRIO-ADM.IND.-DOT.INIC.CR.SUPL.	57.601.541	0	2.880.077	2.880.077	

Fonte: SIGEO: Sistema de Gerenciamento da Execução Orçamentária Estadual.

A primeira etapa, com o decreto no. 61.061, de 16 de janeiro de 2015, que fixou as normas para execução orçamentária e financeira do exercício de 2015. Aí, governo Alckmin determinou o bloqueio de R$ 966,6 milhões no orçamento da Saúde.

A segunda etapa, por meio do decreto no. 61.131, de 25 de fevereiro de 2015. Nesse decreto, o governo Alckmin estabeleceu diretrizes e providências para a redução e otimização das despesas de custeio no âmbito do Poder Executivo, definindo em seu artigo 1º, parágrafo único, que as despesas de custeio na Saúde deveriam ter uma redução de 5%:

"Artigo 1º – Os órgãos da administração direta, as autarquias, inclusive as de regime especial, as fundações e as sociedades de economia mista classificadas como dependentes nos termos do inciso III do artigo 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, deverão adotar medidas para redução de 10% (dez por cento) das despesas com custeio constantes na Lei n° 15.646, de 23 de dezembro de 2014 , que orça receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2015.

Parágrafo único – Para as Secretarias da Educação, da Saúde, da Segurança Pública e da Administração Penitenciária, bem como para a Fundação Centro de atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA-SP e para o Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" – CEETEPS o percentual de redução de despesas com custeio será de 5% (cinco por cento, respeitadas as vinculações constitucionais."

Com esta medida da segunda etapa, o governo Alckmin cortou do orçamento da Saúde mais cerca de R$ 696 milhões. Resultado: os valores bloqueados e/ou reduzidos já chegam a R$ 1,6 bilhão.

O corte ocorrerá principalmente no atendimento prestado por Organizações Sociais de Saúde (OSs). Atinge R$ 382 milhões. Seguem-se apoio financeiro a entidades filantrópicas, especialmente as Santas Casas (R$ 185 milhões), assistência farmacêutica especializada (R$ 119 milhões) e atendimento ambulatorial e hospitalar prestado por serviços de saúde do próprio Estado (R$ 116 milhões).

Leia mais em:
http://altamiroborges.blogspot.com.br/2015/06/alckmin--corta-r-16-bi-da-saude.html